



Prova de Contabilidade Pública Comentada Analista Judiciário/Contabilidade TST 2017

Pessoal, a seguir comentamos a prova de Contabilidade Pública aplicada no concurso de Analista Judiciário/Contabilidade do TST.

A prova estava dentro do padrão de exigência esperado e conforme o modelo de questões que a FCC vem explorando em suas últimas provas.

Não identificamos em análise preliminar possibilidades de recursos.

Um forte abraço!

Gilmar Possati

prof.possati@gmail.com



Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.
www.facebook.com.br/profgilmarpossati



Inscreva-se no nosso canal no YouTube: **Contabilizando**



Siga-me no **Instagram**: @profgilmarpossati



1. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) Em dezembro de 2016, uma determinada entidade pública decidiu adotar o modelo de reavaliação, pela primeira vez, para uma classe de ativo intangível. No momento da reavaliação, constatou-se que o valor bruto contábil de um dos ativos que estava sendo reavaliado era R\$ 736.000,00 e a amortização acumulada total referente a tal ativo era R\$ 245.000,00. Após análise, verificou-se que o valor reavaliado desse ativo intangível era R\$ 410.000,00. Assim sendo, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e sabendo que a entidade não tem um sistema de controle patrimonial adaptado para o registro da reserva de reavaliação, para o registro contábil da reavaliação na data em que esta foi realizada, foi necessário um

- (A) crédito de R\$ 81.000,00 na conta de amortização acumulada no ativo e um débito de R\$ 81.000,00 no resultado do período.
- (B) crédito de R\$ 81.000,00 na conta de amortização acumulada no ativo e um débito de R\$ 81.000,00 no patrimônio líquido.
- (C) crédito de R\$ 81.000,00 na conta de reavaliação no ativo e um débito de R\$ 81.000,00 no patrimônio líquido.
- (D) débito de R\$ 245.000,00 na conta de amortização acumulada no ativo e um débito de R\$ 81.000,00 no resultado do período.
- (E) débito de R\$ 245.000,00 na conta de amortização acumulada no ativo e um débito de R\$ 245.000,00 no patrimônio líquido.

Segundo o MCASP, nos casos em que não há um sistema de controle patrimonial adaptado para o registro da reserva de reavaliação, as entidades poderão, facultativamente, reconhecer os aumentos ou diminuições relativas à reavaliação de seus ativos no resultado patrimonial do período.

Assim, se o valor contábil de uma classe do ativo diminuir em virtude de reavaliação, essa diminuição deve ser reconhecida no resultado do período.

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Bruto Contábil	736.000,00
(-) Amortização Acumulada	<u>(245.000,00)</u>
(=) Valor Contábil Líquido	491.000,00



Valor reavaliado = 410.000,00

Logo, verifica-se que houve uma diminuição do ativo em R\$ 81.000,00. Na data da reavaliação temos o seguinte registro:

D – Amortização Acumulada ... 245.000,00
D – VPD – Reavaliação (resultado) ... 81.000,00
C – Ativo Intangível ... 326.000,00

Veja que nesse registro efetuamos a baixa da amortização acumulada, reconhecemos a VPD no resultado decorrente da reavaliação e baixamos o valor correspondente do ativo intangível que agora passa a figurar com o valor reavaliado ($736.000,00 - 326.000 = 410.000,00$).

Gabarito: D

2. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) Determinada entidade pública apresentou em 31/12/2016 o valor total de R\$ 905.000,00 registrado na conta contábil 4.5.1.1.2.03.00. Assim, o código de tal conta contábil indica que o saldo desta

(A) foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente, sendo que tal conta pertence à classe da natureza de informação orçamentária do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

(B) foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente, sendo que tal conta pertence à classe da natureza de informação patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

(C) foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente, sendo que tal conta pertence à classe da natureza de informação de resultado do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

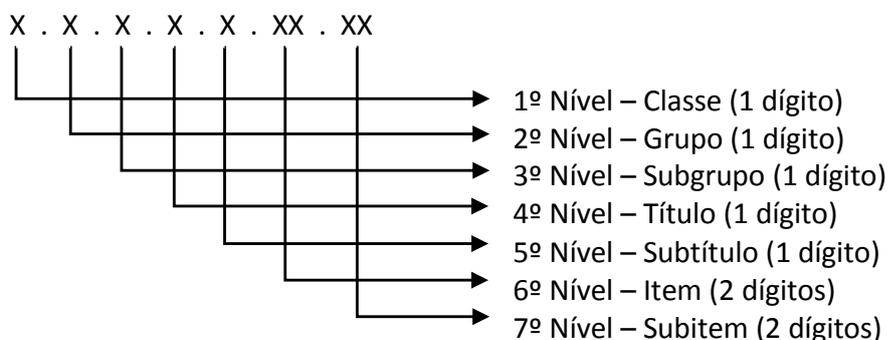
(D) não foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), sendo que tal conta pertence à classe da natureza de informação patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

(E) não foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), sendo que tal conta pertence à clas-



se da natureza de informação de resultado do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

As contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com 7 níveis de desdobramento, compostos por 9 dígitos.

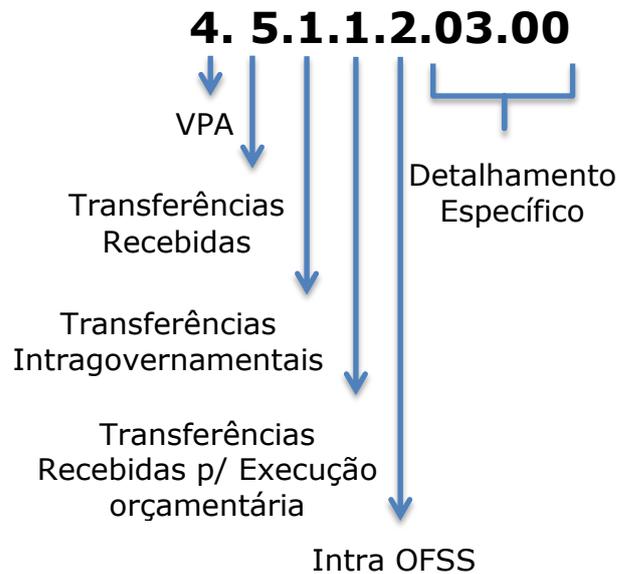


Segundo o MCASP, a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos, da seguinte forma:

5º Nível (Subtítulo) – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.



Assim, traduzindo a codificação apresentada na questão, temos:



Geralmente nas questões de prova exige-se o conhecimento do primeiro dígito (e sua classificação no âmbito das naturezas de informação) e do quinto dígito, a exemplo desta questão.

Assim, para chegar ao gabarito tínhamos de saber que a classe 4 – Variação Patrimonial Aumentativa pertencia a **natureza de informação patrimonial** e o quinto dígito sendo “2” **compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.**

Não é algo fácil de resgatar na memória na hora da prova.

Gabarito: B

3. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) Em uma situação hipotética, no exercício financeiro de 2016, uma entidade pública recebeu uma transferência intragovernamental no valor de R\$ 600.000,00 para cobrir despesas correntes. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 31/12/2016, tal transferência foi classificada na Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade pública como ingresso nos fluxos de caixa das atividades (A) de investimento e foi evidenciada no Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.



- (B) de financiamento e foi evidenciada no Quadro de Receitas Derivadas e Originárias que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (C) de financiamento e foi evidenciada no Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (D) operacionais e foi evidenciada no Quadro de Receitas Derivadas e Originárias que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (E) operacionais e foi evidenciada no Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por:

- Quadro Principal;
- Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
- Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;
- Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

O quadro principal é estruturado da seguinte forma:

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos		
Receitas derivadas e originárias		
Transferências correntes recebidas		
Desembolsos		
Pessoal e demais despesas		
Juros e encargos da dívida		
Transferências concedidas		
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		
Alienação de bens		
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		
Desembolsos		
Aquisição de ativo não circulante		
Concessão de empréstimos e financiamentos		
Outros desembolsos de investimentos		
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		

Compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública.

Inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos.



FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Ingressos

- Operações de crédito
- Integralização do capital social de empresas dependentes

Desembolsos

- Amortização /Refinanciamento da dívida

Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)

- Caixa e Equivalentes de caixa inicial
- Caixa e Equivalente de caixa final

Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Os saldos inicial e final de Caixa e Equivalentes de caixa devem ser iguais aos saldos do Balanço Patrimonial.

Observa-se que no caso da questão, as transferências correntes recebidas irão compor o fluxo de caixa das atividades operacionais e serão evidenciadas no Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas.

Gabarito: E

4. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) Em 08/08/2016, um processo judicial foi instaurado contra determinada entidade pública, sendo que o departamento jurídico classificou como provável a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor foi estimado em R\$ 80.000,00. Em 16/05/2017, após decisão judicial referente ao processo instaurado em 08/08/2016, tal entidade pública ficou obrigada a liquidar a obrigação em 22/09/2017, entretanto, o valor total a ser pago foi fixado em R\$ 70.000,00. Assim, em 16/05/2017, a decisão judicial provocou

(A) uma redução no passivo financeiro da entidade pública, no valor de R\$ 10.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial aumentativa neste mesmo valor.

(B) uma redução no passivo permanente da entidade pública, no valor de R\$ 10.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial aumentativa neste mesmo valor.

(C) um aumento no passivo financeiro da entidade pública, no valor de R\$ 70.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial diminutiva neste mesmo valor.



(D) um aumento no passivo financeiro da entidade pública, no valor de R\$ 80.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial diminutiva neste mesmo valor.

(E) um aumento no passivo permanente da entidade pública, no valor de R\$ 70.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial diminutiva neste mesmo valor.

Trata-se de exigência do disposto na NBC TSP 03. Em 08/08/2016 houve a contabilização de uma provisão, aumentando o passivo permanente da entidade em R\$ 80.000,00. No entanto, como em 16/05/2017 a decisão judicial fixou o valor a ser pago em R\$ 70.000,00, a entidade deverá nesta data reverter o valor da provisão pela diferença de R\$ 10.000,00. Assim, haverá uma redução no passivo permanente da entidade pública, no valor de R\$ 10.000,00, e o reconhecimento de uma VPA neste mesmo valor.

Gabarito: B

5. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) Após análise realizada pelo contador de uma entidade pública, concluiu-se que a base de mensuração que reflete de modo mais adequado o valor de um determinado ativo implica a mensuração do bem a valor de saída. Tal base, independente da técnica de atribuição de valor escolhida, fornece um valor não observável em mercado aberto, ativo e organizado. Além disso, a base de mensuração se caracteriza como uma medida específica para tal entidade pública. Assim sendo, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, uma possível base de mensuração para o ativo corresponde ao

- (A) custo histórico.
 - (B) custo de reposição.
 - (C) valor em uso.
 - (D) valor de mercado.
 - (E) preço líquido de venda.
-

Trata-se de exigência do disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual. Segundo a Norma, as bases de mensuração podem fornecer **valores de entrada e valores de saída**.



Para o ativo, os valores de entrada refletem o custo da compra. O custo histórico e o custo de reposição são valores de entrada. Os valores de saída refletem os benefícios econômicos da venda e também o montante que será obtido com a utilização do ativo.

Em economia diversificada, os valores de entrada e saída diferem à medida que as entidades, normalmente:

- a) adquirem ativos concebidos para suas particularidades operacionais para as quais outros participantes do mercado não estariam dispostos a pagar valor semelhante; e
- b) incorrem em custos de transação na aquisição.

A Estrutura Conceitual apresenta um quadro no qual são resumidas essas bases de mensuração dos ativos em termos de:

- a) se fornecem valores de entrada ou de saída;
- b) se são observáveis no mercado; e
- c) se são específicas, ou não, para a entidade*.

* Em alguns casos, o julgamento de valor é emitido para se classificar a base de mensuração, em particular, como observável ou não observável e/ou como específica ou não específica para a entidade.

Quadro 1 – Resumo das bases de mensuração dos ativos

Base de mensuração	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)	Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de reposição ou substituição	Entrada	Observável	Específica para a entidade
Preço líquido de venda	Saída	Observável	Específica para a entidade
Valor em uso	Saída ^(*)	Não observável	Específica para a entidade

Assim, considerando o exposto no comando da questão verifica-se que uma possível base de mensuração para o ativo corresponde ao **valor em uso**.



Gabarito: C

Atenção: Para responder às questões, considere as informações abaixo.

Em 01/12/2015, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública empenhou despesas no valor total de R\$ 70.000,00 referentes à aquisição de um software, não integrante de hardware, para o uso interno por tempo indefinido por tal entidade. Em 29/12/2015, o software foi disponibilizado pelo fornecedor e a entidade começou a utilizá-lo, sendo que, nesta mesma data, os seguintes valores foram observados referentes à aquisição:

- Preço de compra do software: R\$ 66.000,00.
- Desconto obtido na compra do software: R\$ 2.000,00.
- Custos com testes para a verificação se o software estava funcionando adequadamente: R\$ 4.000,00.

A liquidação das despesas aconteceu em 04/01/2016 e, em 01/02/2016, o valor total devido foi pago.

Em 01/03/2016, o software foi transferido para um novo local de uso, com gastos de transferência no valor de R\$ 4.800,00 e, nesta mesma data, foi estabelecido o compromisso para a venda de tal software pelo valor total de R\$ 20.000,00 a ser concretizada em 29/02/2020. O compromisso para a venda do software foi estabelecido por meio de acordo contratual, sendo que a entidade não possui a possibilidade de não vender o software. Além disso, a entidade pretende utilizar o ativo até a data da venda, 29/02/2020.

Sabe-se que nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida para o software.

-
- 6.** (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) Com base nessas informações e de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o reconhecimento inicial do software no Balanço Patrimonial da entidade foi realizado em
- (A) 01/12/2015, pelo valor total de R\$ 70.000,00.
 - (B) 29/12/2015, pelo valor total de R\$ 66.000,00.
 - (C) 29/12/2015, pelo valor total de R\$ 68.000,00.
 - (D) 04/01/2016, pelo valor total de R\$ 68.000,00.
 - (E) 04/01/2016, pelo valor total de R\$ 70.000,00.
-



O reconhecimento inicial deve ocorrer em **29/12/2015**, data em que o software foi disponibilizado pelo fornecedor e a entidade começou a utilizá-lo.

Segundo o MCASP, o custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

- (a) seu **preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos**; e
- (b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Custo de ativo intangível adquirido separadamente
Preço de Compra
(+) impostos de importação e impostos não recuperáveis
(+) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta
(-) descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes

Exemplos de **custos diretamente atribuíveis** são:

Custos diretamente atribuíveis (exemplos)
Custos de pessoal incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento)
Honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais
Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente

Assim, o valor registrado é o seguinte:

Preço de compra do software	66.000,00
(-) Desconto obtido na compra	(2.000,00)
(+) Custos com testes	<u>4.000,00</u>
Total	68.000,00

Gabarito: C



7. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) Com base nessas informações e de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a redução no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2016 foi, em reais,

- (A) 10.000,00.
- (B) 18.550,00.
- (C) 14.750,00.
- (D) 14.800,00.
- (E) 11.000,00.

Como não houve nenhuma perda por redução ao valor recuperável reconhecida, a redução no resultado patrimonial será obtida pelo reconhecimento da VPD com amortização no exercício de 2016 e pelo valor dos gastos com transferência no valor de R\$ 4.800,00. Assim, temos:

Valor Contábil	68.000,00
(-) Valor Residual	<u>(20.000,00)</u>
(=) Valor amortizável	48.000,00

Vida útil = 4 anos (2016 a 2020) → 48 meses

Amortização Anual = 48.000/48 meses → 1.000/mês

Amortização (2016) = 10 meses (mar a dez) x 1.000,00 = 10.000,00

Total VPD 2016 = 10.000,00 + 4.800,00 = **14.800,00**

Gabarito: D

8. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) O valor de R\$ 70.000,00, empenhado pelo ordenador de despesa de tal entidade pública em 01/12/2015, foi registrado, de acordo com a tabela de eventos para o registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, com o uso da classe dos eventos

- (A) 40.X.XXX e com o uso de conta do grupo 2 da classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- (B) 20.X.XXX e com o uso de conta do grupo 2 da classe 5 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- (C) 20.X.XXX e com o uso de conta do grupo 1 da classe 7 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.



(D) 40.X.XXX e com o uso de conta do grupo 1 da classe 7 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

(E) 51.X.XXX e com o uso de conta do grupo 1 da classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Questão bem específica com grau alto de dificuldade. Além de saber o lançamento contábil envolvido no empenho da despesa, a questão solicita qual a classe dos eventos utilizada no SIAFI. De qualquer forma, mesmo sem saber qual a classe de evento, daria para acertar a questão sabendo o lançamento:

D – **6.2.2.1.1.xx.xx** Crédito Disponível

C – **6.2.2.1.3.01.xx** Crédito Empenhado a Liquidar

Veja que a conta utilizada é da classe 6 e do grupo 2. Apenas uma opção apresentava essa possibilidade, o que facilitou bastante para quem sabia qual era o registro.

As classes dos eventos são:

10.0.000 - Previsão da Receita.

20.0.000 - Dotação da Despesa

30.0.000 - Movimentação de Crédito.

40.0.000 - Execução Orçamentária da Despesa (pré-empenho, em liquidação, liquidação e pagamento)

50.0.000 - Rotinas Automáticas de Encerramento

51.0.000 - Apropriações de Variação Patrimonial Diminutiva - VPD

52.0.000 - Retenções e Registro de Obrigações.

53.0.000 - Liquidações e Baixas de Obrigações.

54.0.000 - Registros Diversos.

55.0.000 - Apropriações de Bens e Direitos.

56.0.000 - Liquidações e Baixas de Bens e Direitos.

58.0.000 - Registros Diversos.

59.0.000 - Registros Diversos.

61.0.000 - Baixas de Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

70.0.000 - Transferências Financeiras sem Execução Orçamentária.

80.0.000 - Classificações de Receita e Ingressos sem Execução Orçamentária.

Gabarito: A



Atenção: Para responder às questões, considere as informações abaixo. As seguintes informações foram extraídas do Balanço Orçamentário de uma determinada entidade pública referente ao exercício financeiro de 2016, em reais:

– Arrecadação de taxas referentes às custas judiciais	1.900.000,00
– Créditos adicionais abertos com superávit financeiro	60.000,00
– Dotação inicial de despesas com pessoal e encargos sociais	1.000.000,00
– Dotação atualizada de despesas com pessoal e encargos sociais....	1.050.000,00
– Despesa empenhada com pessoal e encargos sociais.....	650.000,00
– Despesa liquidada com pessoal e encargos sociais.....	650.000,00
– Despesa paga com pessoal e encargos sociais.....	550.000,00
– Dotação inicial de despesas com investimentos.....	500.000,00
– Dotação atualizada de despesas com investimentos	510.000,00
– Despesa empenhada com investimentos.....	470.000,00
– Despesa liquidada com investimentos.....	460.000,00
– Despesa paga com investimentos.....	350.000,00

Além disso, as seguintes transações ocorreram no exercício financeiro de 2016:

- Recebimento de repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 200.000,00.
- Recebimento de caução depositada como garantia de contratos firmados no valor de R\$ 40.000,00.
- Recebimento em doação de bens móveis no valor de R\$ 80.000,00.
- Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2015 no valor de R\$ 90.000,00.
- Pagamento de restos a pagar não processados inscritos em 31/12/2015 no valor de R\$ 50.000,00.
- Baixa de material de consumo por obsolescência no valor de R\$ 10.000,00.
- Devolução parcial de caução recebida como garantia de contratos firmados no valor de R\$ 15.000,00.

Informação complementar:

O saldo em espécie do exercício anterior era R\$ 30.000,00.

9. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) Com base nessas informações e de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o saldo em espécie para o exercício seguinte de tal entidade pública foi, em reais,

- (A) 1.090.000,00.
- (B) 1.175.000,00.
- (C) 1.185.000,00.
- (D) 895.000,00.



(E) 1.115.000,00.

Para encontrar o saldo para o exercício seguinte usamos a seguinte equação:

saldo do exercício anterior + ingressos – dispêndios = saldo do exercício seguinte.

Assim, temos:

Saldo do exercício anterior = 30.000,00

Ingressos

Arrecadação de taxas referentes às custas judiciais	1.900.000,00
Recebimento de repasse de recursos financeiros	200.000,00
Recebimento de caução	40.000,00
RP Inscritos*	<u>220.000,00</u>
Total	2.360.000,00

*RP Inscritos = total da despesa empenhada – total despesa paga

RP inscritos = (650.000 + 470.000) – (550.000 + 350.000)

RP inscritos = 220.000

Dispêndios

Despesa empenhada com pessoal e encargos sociais	650.000,00
Despesa empenhada com investimentos	470.000,00
Pagamento de restos a pagar processados	90.000,00
Pagamento de restos a pagar não processados	50.000,00
Devolução parcial de caução	<u>15.000,00</u>
Total	1.275.000,00

Saldo do Exercício Seguinte = 30.000,00 + 2.360.000,00 – 1.275.000
→ **1.115.000,00**

Gabarito: E

10. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TST/2017) De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a caução recebida no valor de R\$ 40.000,00 como garantia de contratos firmados corresponde a

(A) uma receita extraorçamentária.



- (B) uma receita orçamentária.
 - (C) um ativo permanente.
 - (D) uma receita com contraprestação.
 - (E) uma receita sem contraprestação.
-

Depois da questão anterior essa nem tinha graça, não é mesmo? As cauções recebidas representam ingressos (receitas) extraorçamentárias.

Gabarito: A